

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.516.072 - RN
(2019/0157590-5)**

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : FEDERAL DE SEGUROS S/A EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL
ADVOGADOS : JOSEMAR LAURIANO PEREIRA - RJ132101
CLÁUDIA VIRGÍNIA CARVALHO PEREIRA DE MELO - PE020670
AGRAVADO : JOAO DE LIMA HERCULANO
AGRAVADO : MARIA ELIETE DA COSTA
AGRAVADO : MARGARIDA RICARDO SILVA
AGRAVADO : FRANCISCO GOMES DA SILVA
AGRAVADO : JUSTINO ARISTON DE MEDEIROS
AGRAVADO : FRANCISCA FELICIO DE OLIVEIRA
AGRAVADO : IVONETE NARCISO DA SILVA
AGRAVADO : MANOEL CANDIDO PEREIRA
AGRAVADO : JOSE LINS DE PAULA
AGRAVADO : LUIZ DE SOUZA BRITO
AGRAVADO : MARIA NEUSA NUNES DE SOUSA
AGRAVADO : RENATA DO NASCIMENTO CABRAL
AGRAVADO : FRANCISCA DOLORES SILVA
AGRAVADO : JOSE LUCIO DA COSTA
AGRAVADO : MARIA GERLANE ALVES
AGRAVADO : LOURIVAL LEOPOLDINO TAVARES
AGRAVADO : MARIA LUCIENE ARAUJO FERNANDES
AGRAVADO : FRANCISCA IZAIAS DA SILVA
AGRAVADO : IVANETE HERMINIO DA SILVA
AGRAVADO : MARIA COSTA DA SILVA
ADVOGADOS : MANOEL ANTONIO BRUNO NETO - SC004104
LUIZ GOMES - RN003417
PAULO SÉRGIO MEDEIROS CAVALCANTI - RN003282
MARCELO GOMES - RN005570

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SFH. COBERTURA SECURITÁRIA. LEGITIMIDADE DA CEF. ALEGAÇÃO. FALTA DE INTERESSE DEMONSTRADO PELA EMPRESA PÚBLICA. AUSÊNCIA DO PREJUÍZO ALEGADO PELA SEGURADORA. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO ATACADO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 284/STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. É inadmissível o inconformismo por deficiência na sua fundamentação quando as razões do recurso estão dissociadas do decidido no acórdão recorrido. Incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 07 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator